

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Terceira Sessão Ordinária

24- 28 de Junho de 2008

Sharm El-Sheikh, EGIPTO

EX.CL/414 (XIII)

RELATÓRIO DO FÓRUM DO SECTOR PRIVADO AFRICANO –
A TENDÊNCIA INDUSTRIAL EM ÁFRICA: O SECTOR PRIVADO E A
CIDADANIA CORPORATIVA

RELATÓRIO DO FÓRUM DO SECTOR PRIVADO AFRICANO –
A TENDÊNCIA INDUSTRIAL EM ÁFRICA: O SECTOR PRIVADO E A CIDADANIA
CORPORATIVA

A. Introdução

1. O Fórum do Sector Privado Africano, sob o tema: A Tendência Industrial em África: O Sector Privado e a Cidadania Corporativa, organizado conjuntamente pela Comissão da União Africana e pelo Compacto Global das N.U, teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, de 22 à 23 de Janeiro de 2008, como parte das actividades pré-Cimeira. Mais do que 200 representantes de alto nível dos sectores público e privado Africanos, bem como algumas organizações regionais e internacionais participaram do Fórum, que foi co-presidido pelo Sr. Basil Omiyi, Presidente e Director Geral da Shell Development Africa e pelo Sr. Francis Atuche, Director Executivo do Banco PHB, Nigéria.

B. Cerimónia de abertura

2. Durante a cerimónia de abertura, foram proferidos discursos pelo Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da U.A., Sr. George Kell, Director Executivo do Compacto Global das Nações Unidas e por Sua Excelência Ato Tadesse Haile, Ministro do Estado Responsável pela Indústria na Etiópia, que abriu oficialmente o Fórum. Discursos de apresentação foram proferidas por S. Excia, Capitão da Marinha Gunnar Wieslander, Secretário do Estado para o Comércio da Suécia, e pelo Sr. Telwolde Gebremariam, Chefe de Operações das Linhas Aéreas Etíopes.

3. No seu discurso de abertura, o Comissário para os Assuntos Económicos, Dr. Maxwell Mkwezalamba, agradeceu a todos os participantes por terem dispendido o seu tempo e energia para atenderem ao apelo de participação neste Fórum importante. Ele disse que o tema do Fórum era um reconhecimento claro da importância que a África dá ao sector privado na partilha de futuro do continente e o papel chave do sector privado na procura do tão desejado progresso económico e desenvolvimento sustentável em África. Ele também informou aos participantes sobre as várias iniciativas da União Africana, incluindo os preparativos para o início de um estudo sobre as políticas de harmonização de investimentos em todo o Continente; a harmonização das leis sobre negócios em todo o continente; um estudo contínuo sobre micro-finanças; o desenvolvimento de um directório continental de negócio planificado para 2008; e planos para a criação de um Banco Africano de Investimento para financiar os projectos de infraestruturas regionais, entre outras. Ele sublinhou que a única forma dos Africanos lidarem com a instabilidade económica é dar maior ênfase ao acréscimo do valor e afastaram-se da dependência total da exportação de matérias primas.

4. O Director Executivo do Compacto Global das Nações Unidas, Sr. George Kell, por sua vez, também agradeceu à Comissão da União Africana pela oportunidade de co-organizar este evento importante e destacou o enorme potencial do sector privado, quando enraizado nos princípios universais para seguir rapidamente o crescimento económico e o desenvolvimento. Ele notou que a responsabilidade de negócio é cada vez mais vista como uma oportunidade que pode significativamente fortalecer as operações de negócios. Por isso ele encorajou os participantes do Fórum a fazerem recomendações construtivas durante as suas deliberações para permitir que os fazedores da política possam criar incentivos que compensam a boa prática de negócio – que ao mesmo tempo acrescenta valor ao negócio e à sociedade.

5. Por seu turno, S. Excia. Ato Tadesse Haile, Ministro do Estado Responsável pela Indústria, Etiópia, referiu-se à necessidade de maior espaço de mercado em África e como o sector privado pode contribuir mais efectivamente para a aceleração e melhoria das necessidades de integração regional devido ao seu papel catalizador na protecção do crescimento económico dentro do continente. Ele fez referência aos baixos níveis dos fluxos de investimento directo estrangeiros em África, em comparação com outras regiões do mundo e expressou a grande necessidade de reverter esta tendência. Ele também sublinhou alguns dos desafios com que a África se depara hoje, incluindo a falta de acesso aos meios de produção, baixo nível de desenvolvimento humano, baixos índices de produtividade, ambiente fraco de investimento e infra-estruturas pobres. Ele disse que esforços estão sendo envidados por governos individuais em todo o continente, no sentido de enfrentar estes desafios, mas reconheceu que o progresso é lento. Por isso ele apelou que houvesse mais esforços concertados ao enfrentar estes desafios; tendo igualmente apelado pela necessidade de maior valor acrescentado e sublinhado o papel chave do sector privado neste processo.

6. S.Excia Capitão da marinha Gunnar Wieslander, Secretário de Estado, Suécia, no seu discurso de apresentação, falou sobre a importância da responsabilidade Social Corporativa (RSC). Ele disse que a RSC era um empreendimento voluntário que deve ser propriedade do negócio e orientado para o sector privado. O Capitão Wieslander louvou o UNGC por apresentar as melhores práticas, e instou o sector privado a adoptar estas práticas integrando a RSC nos seus negócios e a comprometer-se com os princípios da UNGC. Ele disse que a RSC tem a ver com transparência e prestação de contas, mas, acima de tudo, tem a ver com a humanidade. Ele aconselhou que a RSC fizesse parte do diálogo político entre os países, e que os governos servissem de ponto de ligação entre o sector privado local e as grandes organizações transnacionais.

7. O Sr. Telwolde Gebremariam, Director de Operações da Linhas Aéreas Etíopes, na sua apresentação, informou aos participantes que a RSC é uma questão de sustentabilidade e, como tal, deve ser incorporada no negócio. Ele enfatizou que não é bom ter cliché corporativa, mas, em vez disso, isso deve fazer parte do negócio. De facto, desde há muito tempo, a RSC tem sido considerada como uma questão de sustentabilidade. Ele depois sublinhou, que o engajamento das intervenientes é uma componente cada vez mais crítica da gestão de sucesso e, por isso, a Governação

Corporativa das sociedades deve tratar não só dos interesses dos sócios, mas também do interesse de todos os intervenientes (sócios, trabalhadores, fornecedores, parceiros de negócio, clientes e a comunidade). Todos os intervenientes têm um voto sobre o nosso futuro. Os Executivos devem cuidar dos impactos sociais, económicos e ambientais sobre qualquer porção do resultado dos seus negócios. Ele, finalmente, citou as seguintes Responsabilidades Sociais Corporativas das Linhas Aéreas Etíopes;

- Orbis International
- Cheshire Services of Ethiopia
- Children's Heart Fund of Ethiopia
- Save Child's heart
- Ethiopian Red Cross Society
- Menshen for Menshen
- United World Colleges
- Greener Ethiopia
- Ethiopian North American Professional Health Association
- People to People
- The Return of the Obelisk of Axum
- Ethiopian National Association of the Deaf
- Abebech Gobena Yehtsanat Kibekabena Limat Dirijit

C. Sessão plenária

8. A Sr^a Elizabeth Tankeu, Comissária para Comércio e Indústria da UA, por sua vez, sublinhou que existe a necessidade dos órgãos políticos mais altos da União Africana darem enfoque ao tema sobre o desenvolvimento industrial e apresentar directivas sobre a aceleração do ritmo da industrialização. Num mundo cada vez mais globalizado, os objectivos de uma África forte e próspera, uma África que seja respeitada e efectivamente integrada na economia global, não pode ser alcançada com a base industrial fraca existente no continente.

No concernente à OMC e às APEs, a Comissária disse que o objectivo das negociações é de melhorar o desempenho do continente nos negócios globais para efectivamente utilizar o negócio como a força motriz do crescimento e do desenvolvimento.

9. A seguir a isto, foram feitas três apresentações sobre os seguintes tópicos:

- a. Aceleração do Desenvolvimento Industrial em África com Instrumentos de Governança e Cidadania Corporativa, apresentado pelo Príncipe A. Sijuwade, Director Executivo, Hamlet Investment;
- b. Atingido a Transformação Económica em África: O Papel das Parcerias Públicas-Privadas (PPPs), apresentado pela Sr^a Evlyne Oputu, Directora Executiva Bank of Industry, Nigéria; e

- c. O Papel do Sector Privado no Apoio à promoção da Integração Regional em África, apresentado pelo Dr. R. N. Kouassi Assuntos Económicos da Comissão da UA.

D. Sessões de debate em sub-grupos

10. Estas apresentações foram seguidas por sessões de debate em sub-grupos sobre os três tópicos apresentados. Nas deliberações que se seguiram, os participantes analisaram os três tópicos até ao pormenor e fizeram recomendações indetificando os papéis específicos a serem desempenhados pelo sector público, sector privado e pela União Africana em relação três temas. As recomendações foram acompanhadas por uma Declaração do Sector Privado que foi, mais tarde, apresentada durante a 10ª Sessão Plenária da Assembleia da União Africana. A Declaração foi lida pela Drª Cecília Ibru, Directora Geral do Banco Oceanic da Nigéria.

E. Discurso de encerramento

11. No seu discurso de encerramento, o Comissário para os Assuntos Económicos, Dr. Maxwell Mkwezalamba, expressou a sua profunda e sincera gratidão ao Sr. Georg Kell e a toda a sua toda a Equipa de Compacto Global das NU pela forma invejável com que eles colaboraram com a UA para tornar o Fórum do SECTOR PRIVADO AFRICANO um sucesso. Ele também agradeceu a todos os membros do sector privado que, duma ou de outra forma, contribuíram para o sucesso do Fórum. Ele agradeceu, em particular, o Oceanic Bank da Nigéria por ter patrocinado um jantar de gala maravilhoso no Sheraton Addis, bem como a Shell Development Africa, e outros que patrocinaram o evento. Ao concluir, o Dr. Maxwell Mkwezalamba, agradeceu a todos pela sua participação activa no Fórum, e prometeu que as recomendações do fórum seriam seguidas e, por isso, eles deviam ficar descansados que a Comissão da UA daria os passos necessários, dentro dos seus meios, para assegurar a sua implementação. Ele apelou a todos os intervenientes para que sejam o processo.

12. O Sr. Georg Kell, Director Executivo do Compacto Global das Nações Unidas, expressou sentimento idêntico no seu discurso de encerramento.

F. Conclusão

13. Quer em termos de participação, quer em termos dos seus resultados, o Fórum pode ser descrito como um sucesso retumbante. Muitas recomendações muito importantes surgiram a partir do Fórum e a Comissão envidará esforços, sob a coordenação do Departamento dos Assuntos Económicos, para verificar a implementação destas recomendações.

14. Existe necessidade urgente no momento é um mecanismo apropriado de monitoria. O sector privado Africano, na sua actual, é vasto e fragmentado. A falta de um organismo efectivo de tutela do sector privado constitui um deficiência séria. Serão

envidados esforços no sentido de trazer melhorias nesta actividade do sector privado do continente, particularmente em relação à implementação das várias recomendações.



DECLARAÇÃO

FÓRUM DO SECTOR PRIVADO AFRICANO: 22 A 23 DE JANEIRO DE 2008, ADIS ABEBA, ETIÓPIA

Nós, membros do Sector Privado, reunidos no Fórum do Sector Privado Africano, em Adis Abeba, Etiópia, de 22 a 23 de Janeiro de 2008, sob o tema “A Tendência Industrial em África: O Sector Privado e a Cidadania Corporativa”, reiteramos o compromisso do Sector Privado de colaborar com a União Africana e com o Pacote Global das Nações Unidas, para a realização dos seus objectivos.

No sector da Cidadania Corporativa, reconhecemos o valor da boa governação corporativa, das práticas socialmente responsáveis de negócios, tais como a protecção ambiental e o desenvolvimento comunitário, a transparência, a observância das leis, normas e regulamentos tanto pelo Sector público quanto pelo sector privado, para a aceleração do desenvolvimento industrial em África.

Na área da parceria público-privada, reiteramos o nosso compromisso de trabalhar em estreita ligação com o sector público, utilizando as nossas respectivas competências fundamentais para criar sinergias e alcançar resultados colectivamente. A este respeito, apoiaremos o reforço de capacidades para a boa governação e transparência e fortaleceremos os mecanismos para o combate à corrupção.

No domínio da integração regional em África, comprometemo-nos a dar total apoio às agendas de integração continental e sub-regional de África, por constituírem uma base sólida para a promoção do comércio e do investimento inter e intra-Africano, redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, realização dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), e a integração de África na economia global. Neste sentido, convidamos o sector público a criar um ambiente favorável para que o negócio desempenhe o seu papel.

Consciente da importância do sector privado no crescimento e desenvolvimento sustentável do continente, felicitamos a União Africana e o Pacote Global das Nações Unidas por esta importante iniciativa e recomendamos a criação de um mecanismo eficaz para gerir a implementação das recomendações acordadas.

Por isso recomendamos o seguinte :

I. O Papel do Sector Privado no Apoio à Promoção da Integração Regional Africana

Sector público/União Africana

- i. Demonstrar a sua vontade política e comprometer-se de forma mais significativa com a integração regional;
- ii. Encorajar nacionais africanos a investirem nos diferentes países africanos, através de políticas fiscais facilitadoras e de segurança de investimentos;
- iii. Reforçar ainda mais o diálogo com o sector privado;
- iv. Que a União Africana encoraje todos os Estados Membros a aderirem aos Mecanismos Africanos de Revisão de Pares;
- v. Que a União Africana aprofunde e amplie o envolvimento do sector privado com os seus órgãos políticos, através das seguintes acções:
 - Submeter à Conferência as recomendações do Fórum do Sector Privado;
 - Garantir a implementação adequada a todos os níveis, regional, sub-regional e nacional;
 - Desenvolver um mecanismo que garanta uma informação/comunicação plena e transparente com todos os actores;
 - Promover as mulheres empresárias e capacitar as mulheres empreendedoras através de legislação apropriada e ambiente favorável;
- vi. Criar um ambiente favorável, regulador e capaz, especialmente nas áreas do comércio, paz e segurança e boa governação;
- vii. Garantir estabilidade macro-económica para atrair o investimento do sector privado;
- viii. Investir em áreas chave tais como educação, saúde, pequenas e médias empresas (PME), Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), infra-estruturas, pesquisa e desenvolvimento;

- ix. Desenvolver um repositório electrónico de informação visível e acessível que traduza o estado actual dos esforços de integração;
- x. Estabelecer e fortalecer os acordos existentes e paralelos;
- xi. Promover o desenvolvimento industrial, em particular o valor acrescentado, através da investigação científica e tecnológica; e
- xii. Criar concorrências lícitas e entre negócios e assegurar que as marcas e os direitos de autor sejam salvaguardados.

Sector Privado

- i. Harmonizar esforços para a integração regional de acordo com as prioridades dos governos;
- ii. Apoiar a implementação de estruturas macro-económicas com o fim de atingir o desenvolvimento económico e sustentável;
- iii. Colaborar com as associações regionais e sub-regionais existentes e com os órgãos nacionais, com o objectivo de partilhar as melhores práticas e dialogar com uma só voz com o(s) governo(s) africanos(s) sobre a questão da integração regional;
- iv. Fornecer apoio financeiro a programas, projectos e instituições que tenham como objectivo a integração regional;
- v. Promover marcas “Made in Africa” e publicitar África como um destino preferido;
- vi. Elaborar um directório de negócios para o continente;
- vii. Instar a União Africana e os Estados Membros a implementarem as recomendações e declarações existentes; e
- viii. Investir em áreas-chave tais como educação, saúde, PME, TIC, infra-estruturas, pesquisa e desenvolvimento;

II. Aceleração do Desenvolvimento Industrial Africano com Instrumentos de Governação e Cidadania Corporativa.

Sector Público/União Africana

- i. Introduzir os 10 princípios do Pacote Global das NU no código de ética que governa a conduta do sector privado;
- ii. Oferecer incentivos às práticas socialmente responsáveis de negócios ao nível nacional, como por exemplo, a isenção de imposto e oportunidades de investimento; e

- iii. Promover a inclusão dos princípios da Cidadania Corporativa no curricula de educação terciária.

Sector Privado

- i. Adoptar os 10 princípios do Pacote Global das NU bem como cumprir as leis locais e contribuir para o desenvolvimento da comunidade local, da protecção do ambiente e das estruturas sociais existentes;
- ii. Introduzir um mecanismo de revisão de pares no sector privado similar ao Mecanismo Africano de Revisão de Pares; e
- iii. Promover “cadeias de oferta de valores” e processos de negócios sustentáveis.

III. Atingir a Transformação Económica em África: O Papel das Parcerias Público-Privadas

Sector Público/União Africana

- i. Estabelecer parcerias com o sector privado, principalmente nas áreas onde o sector privado tem competências especiais;
- ii. Reforçar a capacidade de boa governação e transparência com o objectivo de ganhar a confiança dos parceiros do desenvolvimento;
- iii. Fortalecer os mecanismos existentes e desenvolver novos, onde necessário, para combater a corrupção e a fraude; e
- iv. Que a União Africana coordene o desenvolvimento de um Plano de Acção Africano para as parcerias Público-Privadas; e
- v. Que o sector Público-Privado trabalhe conjuntamente na promoção da Agenda Africana no âmbito da OMC e dos APES.

Sector Privado

- i. Tomar a iniciativa de criar e associar-se em parcerias público-privadas bem como dialogar com os governos e as organizações da sociedade civil de base comunitária;
- ii. Partilhar ideias, conhecimento, entendimento e melhores práticas sobre onde estabelecer parcerias e apoiar a sua replicação no continente; e
- iii. Criar uma rede do Sector privado Africano para partilhar experiências entre os actores económicos.

2008

Relatório do fórum do sector privado Africano – a tendência Industrial em África: O sector Privado e a Cidadania Corporativa

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3814>

Downloaded from African Union Common Repository